

Saco vazio não para em pé: anotações sobre a fome na história

An empty bag does not stand up: notes on famine in history

Una bolsa vacía no se sostiene: apuntes sobre el hambre en la historia

Marcus Lobato Martins – marcos.lobato@ufvjm.edu.br
Prof. Dr. do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais - UFVJM
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0044-8214>

Resumo:

As grandes crises de fome são constantes na história, razão pela qual constituem tema de reflexão em muitos campos das humanidades. Neste trabalho, baseado na perspectiva da longa duração, examina-se a historiografia sobre o assunto desde a Antiguidade aos tempos mais recentes com o objetivo de estabelecer uma tipologia compreensiva das grandes fomes na história, envolvendo critérios cronológicos, fatores desencadeadores das crises de subsistência e modalidades de socorros públicos empregados pelas sociedades atingidas. Para além de afirmar a fome como fenômeno social no qual se entrelaçam dimensões naturais, econômicas e sociopolíticas, conclui-se que há ruptura fundamental a partir dos séculos XVIII e XIX, pois as crises de fome passam a resultar muito mais de imposições geradas pelo avanço da economia de mercado ou de projetos políticos radicais de transformação social do que de eventuais desequilíbrios entre as dinâmicas demográficas, mudanças das condições naturais e os padrões de uso do solo.

Palavras-chave: Grandes fomes. Fomes antigas. Fomes modernas. Socorros públicos aos famélicos.

Abstract:

The great famines are constant in history, which is why they are the subject of reflection in many fields of the humanities. In this work, based on the long-term perspective, the historiography on the subject from Antiquity to more recent times is examined with the aim of establishing a comprehensive typology of the great famines in history, involving chronological criteria, triggering factors of subsistence crises and modalities of public aid employed by the affected societies. In

addition to affirming famine as a social phenomenon in which natural, economic and sociopolitical dimensions intertwine, it is concluded that there is a fundamental break from the 18th and 19th centuries onwards, as hunger crises began to result much more from impositions generated by the advance market economy or radical political projects of social transformation than possible imbalances between demographic dynamics, changes in natural conditions and patterns of land use.

Keywords: Great Famines. Ancient Famines. Modern Famines. Public Aids to the Famisheds.

Resumen:

Las grandes hambrunas son una constante en la historia, por lo que son objeto de reflexión en muchos campos de las humanidades. En este trabajo, basado en la perspectiva de largo plazo, se examina la historiografía sobre el tema desde la antigüedad hasta épocas más recientes con el fin de establecer una tipología integral de las grandes hambrunas de la historia, involucrando criterios cronológicos, factores desencadenantes de crisis de subsistencia y formas de ayuda pública utilizadas por las sociedades afectadas. Además de afirmar el hambre como un fenómeno social en el que se entrecruzan dimensiones naturales, económicas y sociopolíticas, se concluye que existe un quiebre fundamental a partir de los siglos XVIII y XIX, pues las crisis de hambre comienzan a resultar mucho más de imposiciones generadas por el avance de la economía de mercado o de proyectos políticos radicados de transformación social que de los posibles desequilibrios entre la dinámica demográfica, los cambios en las condiciones naturales y los patrones de uso del suelo.

Palabras clave: Grandes hambrunas.
Hambrunas antigas. Hambrunas modernas.
Ayudas públicas para los hambrientos.

Recebido em: 02/03/2023
Aceito para publicação: 26/03/2023
Publicado: 27/03/2023

Introdução

Há muitas pessoas causa enorme espanto saber que, em pleno século XXI, os números da fome sejam escandalosos. Conforme dados da FAO de 2019, a insegurança alimentar moderada e grave atingiam cerca de dois bilhões de habitantes, o que equivale a 25% da população mundial. Na Ásia, eram 996 milhões (1/5 da população), na América Latina, 203 milhões (1/3 da população) e, na África, 653 milhões (metade da população). Entre os que passavam fome, aproximadamente 60% eram mulheres. No Brasil, em 2020, 19 milhões de pessoas viviam com fome, enquanto 116 milhões sofreram com algum grau de insegurança alimentar.¹ Verdadeiro absurdo num país que se orgulha de figurar no rol das maiores potências agrícolas do mundo.

Estes números trazem de volta à arena do debate público a célebre frase de Josué de Castro, escrita em 1946, na obra *Geografia da Fome*: “a história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia” (CASTRO, 1984, p. 17).

De fato, a fome e o seu par, a produção e a distribuição de alimentos, têm longuíssima presença na história. Ela tanto se insinua de maneira crônica e quase invisível, atormentando porções significativas das populações de aldeias, cidades, impérios e nações, como também entra em cena, frequentemente, em espasmos violentos. E ainda hoje, quando nos orgulhamos de nossa capacidade tecnológica, a fome alardeia a verdade de que a natureza é um *agente* e uma *presença* na história (WORSTER, 1991). Desde o mais remoto fundo dos tempos, parte nada desprezível dos homens e das mulheres, mais mulheres do que homens, sabemos hoje, esteve e ainda está enterrada na fome. Por isso mesmo, talvez se possa dizer que em tantos lugares e épocas distintos, a fome tenha se convertido em banalidade, e pouca gente a observasse com atenção.

Desafortunadamente, os historiadores se incluíram por demasiado tempo entre os que pouco ligaram para a materialidade do cotidiano, para as rotinas dos povos. Razão pela qual Fernand Braudel justamente se queixou, lembrando que “o homem não come nem bebe nos livros de história tradicional” (BRAUDEL, 1987, p. 17). E Mike Davis também lamentou esse fato:

¹ Relatório “2020: The state of food security and nutrition on the world”, publicado pela FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations); *Folha de São Paulo*, “Famílias comem lagartos e restos de carne para enganar fome no RN”, 07/12/2021.

Quase sem exceção, os historiadores modernos que escrevem sobre a história mundial do século XIX, de um privilegiado ponto de vista metropolitano têm ignorado as megassecas e fomes de fins da era vitoriana que engoliram o que agora chamamos de “Terceiro Mundo”. (...) As grandes fomes são páginas que faltam – os ausentes momentos definidores, se preferirem – em quase todo esboço geral da era vitoriana. (DAVIS, 2002, p. 18)

Lacuna imperdoável, pois a investigação das fomes na história possibilita apresentar todos os campos de problemas que ocupam os historiadores: a economia, a evolução das técnicas, os movimentos da demografia, as lentas transformações das estruturas sociais, os caminhos do Estado e de seus mecanismos de intervenção no território, a variegada trama dos acontecimentos, das conjunturas e das crises, a corrente ascendente de ideias e imagens relativas às obras e aos laços sociais. Parafraseando os sociólogos, pode-se tomar as fomes como fenômeno social total, no qual estão imbricadas dimensões naturais, econômicas e sociopolíticas. A história das fomes é, pois, uma história inteira da humanidade, considerada, é claro, a partir de um certo ponto de vista. A fome, se faz doer os estômagos e crispa os nervos e os instintos das massas famélicas, não deixa de ser bom meio para se pensar as sociedades. Mas ninguém contesta que é melhor pensar de barriga cheia...

O objetivo deste trabalho é modesto: trata-se de, a partir do exame da historiografia, propor uma espécie de tipologia das grandes fomes na história, desde os tempos mais antigos até os dias de hoje. Tipologia cuja elaboração obedecerá a critérios não apenas cronológicos, considerando também os fatores desencadeadores das crises de subsistência e as modalidades de socorros públicos que as sociedades possuíam para fazer face aos “tempos da fome”.

A fome da Antiguidade ao século XVIII

A fome, embora indesejável e temida, constitui velha companheira da humanidade. Os mitos mostram isso, e os textos religiosos também. Entre os antigos gregos, nos tempos homéricos, já era bastante conhecida a narrativa das disputas entre Deméter e Limos. Deméter era a deusa dos alimentos e da agricultura. Limos era uma *daemons*, um espírito da fome e da inanição, que se divertia entre os camponeses famélicos. Filha de Éris, deusa da discórdia, e, segundo Homero na *Iliada*, de Zeus, Limos – que os romanos denominaram Fames – invejava Deméter e sempre cruzava o seu caminho, atrapalhando sua

missão: frustrava as safras e o crescimento das lavouras. As duas rivais jamais se encontravam, mas a luta entre elas não possuía trégua.

Limos cumpria frequentemente o papel de castigadora dos mortais por ordem dos deuses, como no caso do rei da Tessália, Erisictão. Irascível e vaidoso, Erisictão violara um bosque sagrado consagrado a Deméter, derrubara árvores e golpeara com machado imenso carvalho favorito da deusa, arrancando-lhe sangue. Deméter exigiu a punição do rei. Os deuses convocaram Limos e ordenaram que entrasse no estômago de Erisictão. O desafortunado rei, então, passou a comer toda a comida que encontrava; por mais que comesse, mais padecia de uma fome terrível. Gastou toda sua fortuna para comprar comida, terminando por vender sua filha, Mnestra, para comprar mais comida. Mnestra, amante de Poseidon, recebeu o dom da metamorfose para escapar aos seus sucessivos proprietários e voltar à Tessália. Num circuito infernal, acabava apanhada por Erisictão, que a vendia novamente. Mas o rei definhava, emagrecia continuamente e enlouquecia. Acabou comendo a si mesmo, a começar pelos membros.

Ora, o que nos diz o mito de Deméter e Limos, Erisictão e Mnestra? Em primeiro lugar, que a fome tem certa autonomia diante da vontade e das forças dos humanos. Que sua presença na história talvez seja incontornável, e tampouco completamente aleatória. Em segundo lugar, a figura de Limos remete à concepção tradicional da fome como castigo decorrente dos pecados, violências e impiedades praticados pelas sociedades. O que, é claro, implica que o fenômeno da fome sempre se mostra entrelaçado a valores culturais, desvelando traços ruins da estrutura da *polis* e do convívio dos cidadãos.

No mundo antigo, a estabilidade dos impérios dependeu do clima, das variações demográficas e de seus efeitos sobre a política. As sociedades agrárias, afinal, são muito vulneráveis a eventos de crises alimentares. Nelas, não é difícil traçar uma linha clara entre abastecimento, segurança hídrica e agitação política, de maneira que grandes fomes conduziam a abruptas mudanças de trajetória O equilíbrio delicado entre as pastagens, as lavouras e os rebanhos – resultado de uma longa história de conflitos entre criadores, camponeses e senhores – baseava-se num sistema de exploração da terra regulado por intrincados direitos de uso e costumes imemoriais. Recursos tidos como comuns existiam ao lado de outros tidos como de uso mais restrito, mesmo privado, ensejando complexas negociações

entre os reis, os senhores, as aldeias, os camponeses e os pastores. Querelas perpétuas permitiam regular a carga de exploração dos campos e das matas, e ensinavam aos habitantes uma sabedoria precisa para o aproveitamento de seus territórios.

Mas a pressão demográfica, exigindo a intensificação das lavouras e o aumento dos rebanhos, provocava a transformação do sistema de exploração. Forçava aproveitar todos os terrenos, fossem planícies alqueivadas ou encostas ocupadas pelas criações. As terras, os rios e as florestas sofriam além da conta: as terras ficavam super aradas e expostas à erosão, os rios assoreados e com cursos mudados, as florestas desmatadas. As paisagens, em consequência, se tornavam instáveis, mais cheias de terras degradadas e depósitos estéreis. A produção agrícola ficava mais difícil e custosa. E, se sobrevinha um evento climático extremo, uma seca prolongada ou chuvas concentradas, a sociedade beirava o colapso ou sucumbia, de fato.

Veja-se o caso da queda do Império Neoassírio, no século VII a. C. A surpreendente queda de Nínive, em 612 a.C., descrita pelos historiadores como a “mãe de todas as catástrofes”, expõe emblematicamente este curso da história. O Império Neoassírio, o maior do “Velho Mundo”, cujo núcleo situava-se na região da atual Mossul, abrangendo o norte do Iraque e parte da Síria, tinha sua economia baseada na agricultura cerealista de sequeiro e na criação de gado. A partir do século IX a. C., graças a sua poderosa máquina militar, submeteu vastas áreas do Oriente Próximo, dentre as quais as áreas babilônicas, ao sul, e dos medas, a leste. As explicações tradicionais para o declínio desse império enfatizaram o conflito militar, especialmente a destruição da capital Nínive por uma coalizão de exércitos medo-babilônicos. Investigações mais recentes, no entanto, acrescentam fatores novos, que mesclam demografia, clima e política.

Conforme Schneider e Adal (2014), o primeiro fator é o ciclo demográfico: quase dois séculos de alta precipitação e produção agrícola promoveram a urbanização e a expansão do Império Neoassírio. O segundo fator é um episódio de megasseca, que afetou grande porção do Oriente Próximo durante o século VII a. C.: sessenta anos de chuvas escassas, com falta de colheitas e morte do gado. A combinação desses dois fatores acirrou as tensões preexistentes dentro da sociedade neoassíria e entre ela e os povos subjugados, desencadeando

instabilidades econômicas e políticas que precipitaram seu colapso. Famintos e divididos pelas disputas por abastecimento cada vez mais escasso, com seu exército enfraquecido e incapaz de realizar campanhas militares de longa distância, os neoassírios não conseguiram deter a investida dos babilônios, mais fortes e coesos porque não foram afetados pela seca em virtude da sua agricultura de irrigação, que domesticara os rios Tigre e Eufrates.

Em priscas eras, a subsistência frequentemente ficava à mercê do jogo de “anos bons” e “anos ruins”, razão pela qual, nas civilizações antigas, o poder se cercava de “especialistas” – sacerdotes, astrólogos, áugures – que prospectavam os sinais mais diversos que indicassem a chegada de tempos fastos e nefastos. Tácito conta, nos *Annales*, que o ano 805 da fundação de Roma (52 d. C.) mostrou-se repleto de prodígios anunciadores de mau momento: aves agourentas sobrevoaram e pousaram no Capitólio; pequenos tremores de terra destruíram casas. Algo de ruim aconteceria, e, de fato, aconteceu: as colheitas se frustraram. Seguiu-se, então, grande fome e, em consequência, agitações populares que lançaram Roma à beira do caos. A situação ficou tão grave que o imperador Cláudio, durante uma audiência no tribunal, viu-se assediado pela multidão faminta, e só conseguiu sair de lá por causa da intervenção violenta de sua guarda pessoal. A grande capital imperial esteve a um passo do desastre, pois restara alguma comida para mais uma quinzena.

Porém, escreveu Tácito: *magnaque deum benignitate et modestia hiemis rebus extremus subventum*. Os romanos se salvaram "da miséria extrema pela grande bondade dos deuses e pelo inverno moderado". O inverno menos rigoroso não interrompeu as navegações para o Egito, e de lá vieram suprimentos generosos de trigo, capazes de evitar o desfecho trágico. O cronista não deixou de criticar a administração imperial por preferir fazer das províncias distantes no norte da África o seu celeiro, descurando da exploração das férteis terras italianas, entregando a sorte dos romanos às condições de navegação no Mediterrâneo.

Durante a Idade Média e o *Ancien Régime* (entre 1400 e 1800), a maior parte da população europeia permaneceu aprisionada a consumo medíocre, mergulhada na enorme massa do autoconsumo, espalhada por extensos e diversos espaços rurais. Como assinalou Fernand Braudel (1987), nos campos e nas pequenas aldeias, homens e mulheres estavam mais inseridos na *vida material* do

que na *vida econômica*, lidando no máximo com mercados elementares nos limites inferiores da economia, produzindo valores de uso, e só esporadicamente indo a vilarejos e feiras para vender raros e escassos excedentes. Uma enorme parte da produção se destinava tão somente ao autoconsumo da família ou da aldeia, escapando, dessa forma, ao circuito do mercado. Conforme suas palavras,

O camponês que comercializa ele próprio, regularmente, uma parte da sua colheita e compra ferramentas, vestuário, já faz parte do mercado. Aquele que só vai ao burgo para vender algumas mercadorias miúdas, ovos, uma galinha, a fim de obter algumas moedas necessárias ao pagamento de seus impostos ou à compra de uma relha de charrua, esse toca somente a fronteira do mercado. (BRAUDEL, 1987, p. 21)

O *hinterland* dos países da Europa pré-capitalista abrigava sítios camponeses, terras comunais e aldeias que conservavam ampla autonomia, vivendo quase em autarquia, embora a economia de mercado estivesse lentamente em expansão, se dilatando imperceptivelmente. Com efeito, gêneros de vida multisseculares, resistentes, rígidos, frugais, dominavam por toda parte. A alimentação continuava baseada nas plantas antigas – o trigo, o centeio, a oliveira, a vinha – e vez ou outra se podia contar com os produtos tirados dos animais domésticos – bois, porcos, galinhas. Valia para a Europa inteira o comentário de Vauban, datado de 1696: “o homem comum do povo rara vez bebe vinho, não come carne mais que três vezes por ano e usa pouco sal” (GOUBERT, 1971, p. 57). Mas nas cidades crescia o fluxo de novos gêneros alimentícios originários de além-mar: o milho, a batata, o açúcar, o arroz, o café e o chá. A partir delas, o mercado gradualmente organizaria a produção, orientaria e controlaria o consumo.

Esta Europa de transformações lentas e técnicas rudimentares assistia impotente a sucessivos fluxos e refluxos demográficos, desenhados por tendências de longa duração válidas até o século XVIII. As populações cresciam e as terras agricultáveis eram continuamente parceladas, exploradas até à exaustão, graças ao estímulo do movimento ascendente dos preços da comida; então, sobrevinham reversões do jogo demográfico, declínio da produção, reconcentrações fundiárias, crises sociais e revoltas que clamavam aos reis e contra os cobradores de impostos. Duras condições de vida, penúrias, guerras, fomes e doenças operaram no sentido de restaurar os equilíbrios. Não foi isso que mostrou o estudo de Emmanuel Le Roy Ladurie (1997) sobre o Languedoc?

Ladurie analisou um “grande ciclo agrário, que durou dos finais do século XV ao início do século XVIII”, em que crescimento e declínio se sucedem numa região costeira do sul da França. De início, a população cresceu, avançaram os arroteamentos de terra, os parcelamentos das propriedades e os preços dos alimentos, situação que favoreceu especialmente os empresários da agricultura, cujos lucros sobrepujaram tanto os salários como as rendas das terras. Essa fase de expansão da economia regional estendeu-se até o século XVII, quando a produtividade agrícola bateu no teto. Então, começou o declínio, com a maior pressão da população sobre os meios de subsistência. No final do século XVII, a população do Languedoc entrara em queda, graças à fome, à doença e à emigração. Propriedades que tinham sido parceladas foram recompostas. Os lucros dos empresários rurais caíram, enquanto subiram os preços dos arrendamentos. E a crise rural conduziu a um novo equilíbrio em nível mais baixo e conservador, até que o trigo cedesse lugar à vinha.

Em suma, conforme Vilar (1997, p. 341), as flutuações das conjunturas dependeram da “corrida de velocidade entre a população, por um lado, e os alimentos e o produto bruto, por outro”, jogo este que ofereceu o seguinte resultado:

No século XVI, a produção agrícola tinha perdido completamente a partida. Depois de 1750, pelo contrário, o ímpeto do produto bruto rural igualava e, por vezes, suplantava, talvez, o ímpeto dos efetivos humanos das aldeias. O nível de vida médio continuava ainda muito baixo; mas fora afastada a ameaça de um empobrecimento geral de tipo malthusiano. (VILAR, 1997, p. 342)

Para quantas outras regiões da Europa do *Ancien Régime*, a exemplo da Catalunha estudada por Pierre Vilar (2018), não se poderá aplicar o modelo de Ladurie, no qual a mudança demográfica, mediatizada por fatores econômicos e culturais, conduz a mudanças na estrutura social? Em quantas porções do Ocidente e do Oriente, até o século XVIII, não atuaram continuamente os flagelos do apocalipse – as pestes, em epidemias regulares – seguindo os anos de escassez e penúria? O livro de Ester Boserup (1970) não mostrou cabalmente que a demografia é a mola das sociedades e das economias camponesas e agrárias?²

² Segundo Boserup, a evolução dos sistemas agrários até a Revolução Industrial caracterizou-se por uma sucessão de sistemas com produtividade do trabalho decrescente. Dessa forma, a pressão demográfica obrigava os agricultores a trabalhar cada vez mais para aumentar a produção, na ausência de outros recursos que aqueles disponíveis no espaço agrário.

Em todos os lugares, no passado mais distante, a fome geralmente esteve inextricavelmente vinculada à ausência ou à escassez de alimentos. Ela muitas vezes possuía um gatilho – anos ruins de secas, inundações ou pestes. As guerras, embora espacialmente mais limitadas e de menor destrutividade, também costumavam provocar a desorganização temporária da economia e da vida social, desembocando em crises de fome. Os cercos às cidades, as pilhagens e a destruição das colheitas que os exércitos antigos realizavam certamente agravaram, em determinadas áreas do mundo, a extensão das penúrias alimentares. Todavia, os vitoriosos e os conquistadores, saciados com o apressamento do butim e a extorsão de tributos, deixavam praticamente intactas a propriedade da terra e a estrutura agrária que encontraram. Por isso, “a guerra [pré-moderna] foi geralmente menos catastrófica do que a descrição dos contemporâneos” (MENDRAS, 1978, p. 26).

O decisivo, porém, é o fato de que nas sociedades pré-capitalistas a produção de alimentos possuía estatuto estratégico e a comida não era vista como simples mercadoria. As esferas da economia – produção, distribuição e consumo – e os atos econômicos operavam solidamente integrados à vida sociopolítica, “incrustados” no social, atrelados a vínculos familiares, à busca de posição social e prestígio e à adesão a códigos de honra ou valores tradicionais. Como ensinou Karl Polanyi (1980), nas economias pré-capitalistas as instituições que davam sentido, articulavam e tornavam regulares os atos econômicos eram instituições extraeconômicas: família, guilda, estado. A produção e a circulação de bens lastreavam-se em relações sociais vinculantes. Nas interações mais horizontalizadas, predominavam o princípio da simetria e o comportamento de reciprocidade. Os intercâmbios entre conjuntos sociais simétricos – parentes, vizinhos, membros de grupos profissionais e mesmo entre pessoas com afinidades culturais/identitárias – regiam-se pela movimentação entre pontos de correlação sob as obrigações de “dar, receber e retribuir”. Por outro lado, quando havia um centro político dentro de determinado território, as interações promoviam os movimentos de apropriação em direção a esse centro, e, em seguida, em certas situações, desse centro em direção aos pontos do território e mesmo ao exterior.

Estas formas de integração social condicionavam as prestações econômicas, mas não eram lineares nem exclusivas; ao contrário, coexistiram amplamente no passado. Polanyi (1975) assinalou que o comércio, na Mesopotâmia antiga e

durante mais de dois milênios, era praticado por uma casta específica de comerciantes. Estes ganhavam comissões, mas não podiam auferir lucro por especulação, devendo-se submeter aos preços fixados e garantidos pelas autoridades. É bem conhecido que, no Egito faraônico, sociedade agrária de base aldeã, o setor camponês podia receber bens que não produzia (sal, artigos de metal, produtos de luxo) por meio da redistribuição estatal, na forma do pagamento da “corveia real” por rações em produto (CARDOSO, 2005, p. 155). Nas palavras de José Roberto Pellini (2002, p. 159), “todo o excedente produzido nas vilas era coletado e redistribuído pelo Estado. Os vários braços do Estado, Celeiros, Tesouro e Templos, supriam as necessidades da população com base no status de cada indivíduo”. Dessa forma, os produtos terminavam realocados onde fossem necessários, e as trocas serviam para cimentar as relações sociais e as hierarquias políticas. Nos festivais religiosos e, também, nas ocasiões de frustração das safras, gêneros de subsistência chegavam aos camponeses e trabalhadores.

Preocupações com os abalos que a fome podia trazer para a ordem pública também estiveram presentes nos primeiros séculos da Idade Média. Na década de 530, Cassiodoro – Prefeito do Pretório da Itália – enfrentou uma grave crise alimentar na península, associada a perturbações climáticas: diminuição da temperatura, entre 536 e 545, da ordem de 3° C, que afetaram as colheitas de trigo, vinha e azeite. A respeito das reações de Cassiodoro, escreveu Marcelo Cândido da Silva:

Uma análise do conjunto das cartas de Cassiodoro mostra que, face à gravidade da crise alimentar, houve uma série de medidas do poder central para fazer face ao problema: controle de preços, proibição de exportação de gêneros alimentícios, compra de alimentos oriundos das províncias que tinham tido uma boa colheita no ano anterior, distribuição de trigo dos celeiros nas cidades mais atingidas pela fome. (SILVA, 2016, p. 786)

Isto evidencia que, na Itália ostrogótica do início do século VI, havia capacidade de ação coordenada dos agentes públicos diante da fome, embora seja difícil aquilatar o grau de eficácia das suas iniciativas. Essa ação pressupunha a memória da produção agrícola, bem como a previsão das colheitas e o cálculo dos preços da comida. Nos séculos seguintes, embora ocorresse erosão da força e do alcance da autoridade pública, bispos, príncipes e dignitários, agindo em nome da caridade cristã e às expensas de seus recursos, proveram limitados socorros às populações famélicas. Mais do que isso: as respostas à fome eram também

iniciativas de restauração da ordem social, razão pela qual baseavam-se na fixação de “justos preços” e de “justos lucros”, portanto, no combate à especulação, bem como na exortação aos senhores para que não deixassem morrer de fome seus servos e na regulamentação da ajuda aos necessitados (SILVA, 2017, p. 199). Curso de ação que se justificava, porque, conforme Mendras (1978, p. 26), “a estreiteza dos mercados tornava intensa a especulação, que tinha um efeito multiplicador sobre o *déficit* do volume da colheita”. Assim, a Igreja e a Realeza funcionavam como instâncias de governança não concorrentes, mas complementares.

Mesmo nos burgos medievais, espaços onde crescia a mercabilidade, as autoridades agiam, seja nos tempos de abundância, seja nos tempos de penúria, observando os limites morais do mercado e responsabilizavam produtores e comerciantes pela escassez de pão e de cereais. É ilustrativo desse fato a preocupação das autoridades de Florença, no século XIV, com o mercado de cereais da cidade, definindo pesos e preços justos e regras para o bom comércio, e, por meio da intervenção imediata do Podestà – principal oficial responsável pela manutenção da ordem urbana – controlando roubos, brigas, tumultos e possíveis revoltas (GILLI, 2011).

Na China, onde os imperadores deviam obediência ao “Mandato do Céu”, desde muito cedo o governo construiu meios de garantir o abastecimento dos pobres e de socorrer as populações afetadas por catástrofes naturais.³ Os celeiros destinados à estabilização dos preços da comida foram implantados pela primeira vez no século I a.C. Estocavam grãos, principalmente arroz, com a dupla finalidade de alimentar famintos e estabilizar preços, e, dessa forma, atuavam na prevenção da fome (PERKINS, 1969). Particularmente conhecidas se tornaram as iniciativas da dinastia Qing (1644-1912) no século XVIII, quando a China experimentou paz e prosperidade, afigurando-se como “um modelo exemplar de um império bem administrado que cuidava bem de seu povo” (MITTER, 2011, p. 27).

Cientes de que a estabilidade era necessária para a manutenção do poder pela minoria estrangeira manchu, os Qing adotaram ações de integração étnica,

³ Na cultura política chinesa, a legitimidade dos imperadores se ligava ao conceito filosófico de “Mandato do Céu”, originado durante a dinastia Zhou (1046-256 a.C.), que determina ao governante ser virtuoso e justo com o povo. Se não cumprir essas obrigações, ele perde o mandato. Os sinais de que um governante perdeu o “Mandato do Céu” incluíam secas, fomes, inundações, terremotos, invasões estrangeiras e revoltas camponesas. O conceito justificava rebeliões contra governantes injustos, tirânicos ou incompetentes. Ver o trabalho de Antônio José Bezerra de Menezes Jr. (2014).

projetos de expansão agrícola e impostos baixos. Instalaram celeiros em todas as províncias do “Império do Meio”, cujos estoques eram mantidos pelas compras governamentais regulares de arroz. No século XVIII, o imperador Qialong estabeleceu ajuda para órfãos, viúvas, velhos e doentes (WOODSIDE, 2008). E, em parceria com senhores de fortunas e corporações de negociantes e manufactureiros, os governos Qing também criaram orfanatos e casas de apoio contra a pobreza em várias cidades e capitais provinciais. Na seca de 1743-1745, por exemplo, os estoques em celeiros públicos foram administrados de forma a alimentar durante oito meses dois milhões de camponeses. Os grãos necessários provieram dos celeiros tributários de territórios não afetados pela seca (DAVIS, 2002, p. 315).

No entanto, ao longo do século XIX, a dinastia Qing não conseguiu deter o processo de transformação da China numa semicolônia das potências imperialistas ocidentais. Os déficits crescentes no comércio com o Ocidente aceleraram o declínio dos celeiros do Império, de maneira que a China perdeu sua primeira linha de defesa contra os efeitos negativos das inundações e secas sobre a oferta de alimentos. A Alemanha de Guilherme II, para ficar num exemplo, soube explorar as inundações e a seca que devastaram a província de Shandong, no final da década de 1890, para ampliar sua influência no norte do país.

Repetia-se com a dinastia Qing o que antes se passara com os Ming (1368-1640), cuja legitimidade fora erodida, entre outros fatores, por causa do fracasso no socorro à população assolada pela fome que sucedeu enchentes, pestes e o esfriamento da temperatura da Terra na chamada Pequena Era do Gelo (com mínimos por volta de 1650), eventos prejudiciais à agricultura chinesa na primeira metade do século XVII. Os Ming terminaram destronados por revoltas de camponeses famintos e incapazes de pagar os impostos.

Na era da colonização moderna, os impérios ibéricos mantiveram viva preocupação com o abastecimento e a prevenção de crises alimentares, especialmente nas principais cidades dos seus domínios americanos. Isso porque as coroas de Espanha e Portugal julgavam ser seu dever, como assinalou Maria Yedda Leite Linhares (1979, p. 75), “garantir a subsistência de seus súditos (...), como forma de assegurar o ‘bem comum’, coibir abusos, proteger o povoamento, expressão de um poder que se situava acima das ordens e dos privilégios e de uma tradição medieval que será incorporada às práticas do mercantilismo”. Na América

Portuguesa, tal tarefa de assegurar o abastecimento coube preferencialmente às câmaras municipais, órgãos administrativos locais que possuíam amplas atribuições executivas, judiciais, fiscais e de polícia.

Os oficiais dos senados das câmaras, eleitos e com direito a voto, em geral membros das classes terratenentes, secundados por um corpo de funcionários, cuidavam de assuntos como: regulamentação das feiras, dos mercados e do trânsito; obras públicas; conservação das ruas e limpeza da cidade; construção dos edifícios; regulamentação dos ofícios e do comércio; abastecimento de gêneros e cultura da terra. Impostos municipais e rendimentos dos bens do Conselho forneciam os recursos para a operação das câmaras, em geral muito aquém do necessário para a gama de competências que lhes cabiam, de maneira que os camaristas, mesmo nas maiores cidades do Brasil colonial, reclamavam continuamente dos poucos meios à sua disposição.

No tocante ao abastecimento, o almotacé – funcionário eleito pelas câmaras – tinha a seu encargo tarefas fundamentais: cuidar dos pesos e medidas, taxar e, às vezes, distribuir mantimentos e outros gêneros negociados no varejo, fiscalizar regatões, negociantes de tenda aberta e ambulantes. Ao almotacé cabia obstruir as práticas especulativas de um mercado estreito e imperfeito, sujeito à ação de “açambarcadores” que manipulavam os estoques e os preços dos mantimentos, em busca de lucros excepcionais. Toda uma extensa regulamentação, baixada pela Coroa e pelas câmaras, tentou proteger o consumidor colonial, de olho na questão da ordem social. Legislação essa que, muitas vezes, contrariava os “interesses superiores do grande comércio e da grande lavoura colonial” (LINHARES, 1979, p. 84). Por isso,

As repetidas queixas que são registradas nas câmaras, os depoimentos de observadores contemporâneos e viajantes comprovam que as boas intenções das leis e dos regulamentos não encontraram terra fértil num país cuja organização social visava preservar privilégios e cuja economia se organizara para permitir o enriquecimento de um pequeno número, na metrópole. (LINHARES, 1979, p. 87)

Especialmente sensíveis na América Portuguesa foram as mercadorias sal, carne verde e farinha de mandioca, objetos permanentes de carência e escassez. A respeito, vale citar novamente Maria Yedda Leite Linhares:

Para o sal, “mantimento” de monopólio, não havia solução viável a curto prazo, bastando o naufrágio de um carregamento para gerar um estado de quase calamidade pública. Para a carne, o controle exercido pelas municipalidades, através dos contratos de arrematação, de caráter

igualmente monopolístico, a situação tendia a agravar-se com o correr dos anos, as dificuldades cada vez maiores de transportes e o aumento da população, conseqüentemente da faixa de consumo. Para a farinha de mandioca, gênero de consumo básico, as soluções de incentivo à produção e de controle da distribuição também não surtiram os efeitos desejados. (LINHARES, 1979, p. 95-96)

Além de inúmeras medidas da Coroa lusitana e de governadores, a partir do século XVII, determinando aos moradores do Brasil “plantar de mandioca outra igual porção de terreno” destinado aos produtos de exportação, de condenar o luxo e os desperdícios dos banquetes, de fixar espaços para novos engenhos e criação de gado, e de resoluções de câmaras municipais sobre o abate semanal de reses, houve mesmo a criação de tulhas no Rio de Janeiro e na Bahia, na segunda metade do século XVIII. Sobre a tulha do Rio de Janeiro, quase nada se sabe. Sobre o celeiro público da Bahia, sabe-se que foi criado por D. Rodrigo José de Menezes (1784-1788), “para servir de depósito geral de farinhas, grãos e legumes, com o objetivo de regulamentar o suprimento da cidade de Salvador, e cujas rendas deveriam reverter para as obras pias locais” (LINHARES, 1979, p. 96). A medida, no entanto, não prosperou por diversas razões: a exiguidade dos depósitos, as demoras dos gêneros no porto, os custos com sacarias, salário da descarga e benefício da tulha e as exigências e cobranças excessivas dos meirinhos que recaíam sobre os lavradores.

Até o século XVIII, nas sociedades agrárias as crises de fome e a regularidade do abastecimento mantiveram íntima relação com os ciclos demográficos e as variações do clima. Épocas com temperaturas cálidas, úmidas e estáveis favoreciam a produtividade agrícola e, por conseguinte, sustentavam fases de crescimento populacional. Por outro lado, o frio, as chuvas concentradas, as secas e as instabilidades térmicas tinham impacto negativo na agricultura. Seja por causa do atingimento de níveis populacionais elevados ou por condições naturais adversas, ou pela combinação dessas duas coisas, não se conseguia mais alimentar todos os habitantes. A escassez e a falta de alimentos sobrevinham, as crises de abastecimento se impunham, muitas vezes combinadas a epidemias severas. Então, os mecanismos de redistribuição de mantimentos que as cidades-estado, os reinos e impérios possuíam falhavam, precipitando crises socioeconômicas, forçando migrações e guerras.

As “fomes antigas” punham as sociedades inteiras em causa. Os povos agrários pouco podiam fazer a respeito, e alguns deles chegaram a colapsar diante desta interação complexa de clima, demografia e política.

A fome nas sociedades de mercado

O século XIX, marcado pela expansão da Revolução Industrial e do capitalismo, bem como pelas promessas de progresso associadas ao cientificismo, não logrou varrer do planeta as grandes fomes. Elas continuaram a assolar parcelas imensas da humanidade, a matar pessoas em áreas rurais e cidades, principalmente nos espaços dominados pelo imperialismo europeu.

Todavia, havia uma novidade em relação às “fomes antigas”. A partir do século XIX, as grandes fomes resultaram essencialmente de uma trágica combinação de perturbações climáticas, lógica liberal de preços e relações imperialistas. Fomes que tinham menos a ver com a produção de alimentos, e muito mais com os mecanismos de controle dessa produção e das formas de comercialização da comida em escala planetária. Na modernidade capitalista, as grandes fomes são, como assinalou Josué de Castro (1965, p. 64), “flagelos fabricados pelos homens, contra outros homens”. Noutros termos, a questão central não é mais a falta ou escassez de alimentos, e sim as condições de acesso a eles na situação de mercados crescentemente conectados, graças às ferrovias e aos navios a vapor.

As fomes dos séculos XIX e XX são a expressão trágica dos processos de incorporação notadamente de populações tropicais ao “sistema do mundo moderno”. Karl Polanyi (1980, p. 160) possuía inteira razão quando escreveu, em 1944, que “a origem da fome dos últimos cinquenta anos é o mercado livre de cereais, combinada com uma falta local de rendimentos”. A questão não é tanto a redução ou quebra das safras nas áreas onde a fome grassava, mas a falta de renda dos habitantes para adquirir mantimentos aos preços de mercado e a transferência de parcelas substanciais da produção agrícola para mercados afluentes distantes, do outro lado do mundo. As “fomes vitorianas” são emblemáticas nesse sentido.

Por um lado, como ensinou Polanyi, nas economias capitalistas, a produção e a distribuição estão assentadas no princípio da troca e no padrão institucional do mercado. Os bens alcançam preços, e estes sinalizam aos agentes econômicos o quê e o quanto produzir, com base nas expectativas de ganho. E o acesso aos

produtos, inclusive os alimentos, depende apenas dos rendimentos dos indivíduos, que devem adquiri-los no mercado. Há uma autonomização da esfera das relações econômicas, cuja orientação é progressiva e majoritariamente determinada por impulsos essencialmente econômicos (autoconservação ou lucro). As sociedades, por conseguinte, tornam-se apêndices do sistema econômico (pretensamente) autorregulado. Assim, no “sistema mundial moderno”, que se expandiu rapidamente nos séculos XIX e XX, os alimentos são comparáveis a quaisquer outras mercadorias, perdendo sua antiga sacralidade e significados relacionados às comunidades/sociedades orgânicas. Deixam de ser esteios da boa convivência e da ordem social; por corolário, a garantia da subsistência deixa de ser dever do governante perante os governados. As “fomes modernas”, nesse sentido, são fruto do que Polanyi chamou de “degeneração cultural” promovida pelo capitalismo, como se vê no trecho seguinte referente à Índia:

A catástrofe da comunidade nativa é um resultado direto da rápida e violenta ruptura das instituições básicas da vítima (...). Essas instituições são rompidas pelo fato mesmo de uma economia de mercado ser impingida a uma comunidade de organização completamente diferente; o trabalho e a terra são transformados em mercadorias, o que, mais uma vez, é apenas uma fórmula curta para a liquidação de toda e qualquer instituição cultural em uma sociedade orgânica... As massas indianas na segunda metade do século XIX não morreram de fome porque eram exploradas por Lancashire; pereceram em grande número porque tinha sido destruída a comunidade de aldeia indiana. (POLANYI, 1980, p. 159-160)

Por outro lado, conforme o caso da Índia britânica mostrou muito bem, as fomes modernas não podem ser debitadas exclusivamente à operação gananciosa e insensível dos especuladores de grãos nos mercados livres, mas também decorrerem da ação dos procônsules coloniais. Vice-reis como Lytton, Elgin e Curzon, aferrados ao liberalismo econômico e ao “frio egoísmo imperial” – a expressão é de Mike Davis (2002, p. 22) –, permitiram volumosas exportações de grãos da Índia para a Inglaterra durante as fomes das décadas de 1870 e 1890, enquanto multidões morriam feito moscas à beira das estradas de ferro e dos atracadouros. A política imperialista, com seu rosário de cálculos informados por dogmas e preconceitos, imposições e violências, também tem culpa. De outra forma, como explicar a Grande Fome de Bengala, em 1942, quando os britânicos – que controlavam a região, desviaram a produção de cereais para alimentar as suas tropas no Oriente Médio, causando grande elevação de preços e mais de 1,5 milhão de mortes “em cifras subestimadas” (SEN, 1981, p. 52)? Ou o que aconteceu no

Vietnã em 1944-45 quando morreram quase 2 milhões de camponeses devido a uma combinação de baixos estoques de arroz, exportações para a metrópole francesa, intensificação das batalhas entre norte-americanos e japoneses e ocorrência de fortes tufões (DUFF, 2019)?

Aliás, isso dá razão a Rosa Luxemburgo (1951, p. 371) ao associar a expansão colonial à força impiedosa desferida pelas potências europeias contra os povos africanos e asiáticos: “A força é a única solução disponível para o capital; a acumulação de capital, vista como um processo histórico, emprega a força como uma arma permanente...”

Talvez se possa dizer que a primeira grande “fome moderna” ocorreu na Irlanda, entre 1845 e 1849, vitimando no mínimo um milhão de pessoas. Na Irlanda dominada pelos ingleses, os camponeses católicos eram impedidos de comprar terras, tendo que alugar pequenos lotes a preços elevados de proprietários britânicos ausentes. Sem direitos sobre qualquer melhoria que fizessem nos lotes alugados, em geral com menos de cinco acres, os camponeses cultivavam batata, porque a colheita obtida em um acre podia sustentar uma família por um ano. A maior parte das fazendas, por conseguinte, permanecia destinada à produção de cereais (trigo, cevada e aveia) exportados para a Inglaterra. Dessa forma, na década de 1840, cerca de metade da população irlandesa dependia da batata para subsistir. Foi então que, durante o verão de 1845, uma “praga incomum” devastou as plantações de batata na Irlanda. A causa seria descoberta depois: uma variedade do fungo *Phytophthora infestans*, que havia viajado da América do Sul para a Irlanda. Em poucos anos, a população irlandesa reduziu-se em um quarto. Dois milhões emigraram, principalmente para os Estados Unidos e Canadá.⁴ Um milhão morreu, e corpos foram enterrados em covas rasas, sem caixões. Crianças esqueléticas choravam de dor, à vista de seus pais prostrados e perdidos. Houve motins em diversas partes da Irlanda; gangues e quadrilhas itinerantes saquearam casas, lojas e armazéns (KINEALY, 2002).

Em 1847, o pior ano da crise, o jornal *Drogheda Argus*, em fevereiro, relatou que, no porto da cidade, “mulheres e crianças foram vistas competindo com o gado por pedaços de nabos crus que estavam jogados no cais da Steam Packet”, enquanto aguardavam embarque para Liverpool e, depois, para a

⁴ A população irlandesa não recuperou os níveis de 1840, antes da Grande Fome da Batata, até 1951, e a emigração só terminou em 1996.

América. Em dezembro do mesmo ano, o padre John O’Sullivan, da paróquia de Kenmare, escreveu carta a Charles Trevelyan, secretário adjunto do Tesouro da Grã-Bretanha, na qual implorava:

Quisera Deus que você pudesse estar por cinco minutos na nossa rua, e ver por qual bando de criaturas miseráveis, esqueléticas e famintas seria instantaneamente cercado, com lágrimas nos olhos e miséria em seus rostos. Qualquer que seja o custo ou a despesa, ou seja qual partido venha a onerar, todo cristão deve admitir que o povo não deve sofrer até morrer de fome em meio à abundância.

Os ingleses não se sensibilizaram como pedia o padre O’Sullivan. Os preconceitos contra os irlandeses – pobres, camponeses e católicos – eram fortes. Em janeiro de 1848, o jornal *The Times* informava que, para grande parte dos britânicos, os irlandeses eram “uma classe que, na melhor das hipóteses, chafurda em pocilgas”. O governo da Rainha Vitória, ante a “fome da batata”, primeiro julgou poder esperar que o mercado livre acabaria com ela. Assim, em 1846, revogou a Lei dos Cereais, que protegiam os produtores domésticos de grãos da concorrência estrangeira. A ideia era a de que a importação de grãos resolveria a crise, mas o problema era que os irlandeses não tinham dinheiro suficiente para comprar comida.⁵ Em 1847, a Grã-Bretanha montou cozinhas e programas emergenciais de socorro, apoiados no sistema de *workhouses*. Para financiar essas iniciativas, aumentou os impostos na Irlanda, algo de evidente miopia e insensibilidade. Cerca de 2,6 milhões de irlandeses superlotaram as *workhouses*, onde morreram mais de 200 mil pessoas. Em paralelo, as fazendas anglo-irlandesas continuaram exportando grãos e gado para a Inglaterra.⁶

No final do século XIX, imensas crises de fome assolaram simultaneamente diversas partes do planeta, castigando o norte da China e da África, o cinturão tropical das monções e o nordeste brasileiro. A respeito desse desastre planetário, Mike Davis escreveu:

(...) A grande seca de 1876-79 foi apenas a primeira das três crises de subsistência global na segunda metade do reinado de Vitória. Em 1889-91, anos secos mais uma vez trouxeram fome para Índia, Coréia, Brasil e Rússia, embora o pior houvesse sido na Etiópia e no Sudão, onde morreu

⁵ A revogação da Lei dos Cereais agravou a crise na Irlanda. Os preços do trigo despencaram, o valor das terras agrícolas também e, por isso, os proprietários ausentes reduziram drasticamente a procura por mão de obra, e muitos deles iniciaram a conversão de suas terras de lavoura em pastagens, visando exportar mais gado para a vizinha Inglaterra. Os pequenos camponeses arrendatários viram-se fechar ainda mais suas opções econômicas.

⁶ Em 1994, o primeiro-ministro Tony Blair, durante o Festival de County Cork para relembrar a fome, proferiu o primeiro pedido de desculpas do governo britânico, dizendo: “Aqueles que governavam Londres, na época, falharam com seu povo”.

talvez um terço da população. Depois, em 1896-1902, as monções mais uma vez faltaram repetidas vezes em todas as regiões tropicais e no norte da China. Epidemias mortais de malária, peste bubônica, varíola, disenteria e cólera dizimaram milhões entre os já debilitados pela fome. (...) O tributo total de seres humanos dessas três ondas de seca, fome e doença não poderia ter sido inferior a 30 milhões de vítimas. Cinquenta milhões de mortes talvez seja um cálculo realista. (DAVIS, 2002, p. 16-17)

Nas “fomes vitorianas”, houve uma conjunção de pragas, secas ou inundações com quebras de safras nas áreas mais afetadas; no entanto, havia excedentes de grãos em outros pontos da região ou noutras partes dos domínios metropolitanos que poderiam ter socorrido as multidões famélicas. Havia os meios para isso: ferrovias, navios a vapor. Não se tratava, portanto, de fome absoluta. A carência de comida se deveu sobretudo à falta de renda e aos preços altos que os alimentos alcançaram, como reconheceram autoridades da época, na Índia e na China. Também pesaram as falhas grotescas nas ações governamentais de enfrentamento das crises (distribuição emergencial de comida, medidas sanitárias, controle de migrações).

Os chamados “socorros públicos”, graças à difusão do livre-cambismo da “ciência lúgubre”, tão em voga no século XIX, ficaram intelectual e politicamente desprestigiados. Acreditava-se que a ciência recomendava abandonar os socorros diretos, isto é, dar donativos (abrigo e comida) aos flagelados. Não se deveria recorrer nem à dádiva nem à “aviltante esmola”. No máximo, preferir uma remuneração monetária em resposta ao trabalho arranjado aos flagelados pelas autoridades. Como observou Edward P. Thompson (1998, p. 219), “as práticas assistenciais deviam assumir a forma de distribuir uma mesada insignificante para compras (qualquer que fosse a altura a que os preços tivessem chegado pela ‘ordem da natureza’) a todos aqueles cuja miséria era comprovada no exame para trabalhar em obras de assistência pública”.

Na Inglaterra de Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, a antiga Lei dos Pobres de 1601 recebeu estridentes difamações a partir dos anos 1830, e constituía anátema preconizar a formação de estoques reguladores baseados em compras governamentais de mantimentos.⁷ A opinião pública progressivamente aceitou a ideia de que, em nome da austeridade da despesa pública e da valorização de uma ética do trabalho, era preciso fechar toda brecha para a suposta

⁷ Para discussão mais aprofundada sobre a Lei dos Pobres e suas transformações, ver o trabalho de Daniel Schneider Bastos (2018).

libertinagem e imprevidência dos pobres. Distribuir dinheiro, comida e abrigo sem contrapartida, mesmo durante uma grave crise de subsistência, equivaleria a dar prêmio para a imoralidade e ociosidade, além, é claro, de ser intervenção arbitrária que travancava o funcionamento do *laissez-faire*.

Às “fomes vitorianas” se deve a introdução da prática de construção de enormes campos de concentração para reter as multidões famélicas, impedindo-as de chegarem às capitais e grandes cidades. No Ceará, por exemplo, o primeiro campo desse tipo surgiu na periferia oeste de Fortaleza durante a seca histórica de 1915. Recebeu o nome de Alagadiço, sendo construído por ordem do governador Benjamim Liberato Barroso. A respeito, lê-se no romance *O Quinze*, de Rachel de Queiroz:

Conceição atravessava muito depressa o Campo de Concentração. Às vezes uma voz atalhava: - Dona, uma esmolinha... Ela tirava um níquel da bolsa e passava adiante, em passo ligeiro, fugindo da promiscuidade e do mau cheiro do acampamento. Que custo, atravessar aquele atravancamento de gente imunda, de latas velhas e trapos sujos! (QUEIROZ, 1930, p. 75)

Na seca de 1932-1933 surgiram outros sete campos, espalhados estrategicamente em rotas de migração pelo estado. Dentro deles, os flagelados da seca viviam em espécies de barracas, recebiam um punhado de comida – farinha, rapadura, sal, café torrado no sangue de boi para aumentar a quantidade de ferro e, às vezes, uma bolacha –, vestiam-se com sacas de farinha, tinham os cabelos raspados e condições de limpeza e higiene precárias. Estima-se que 90 mil pessoas estavam confinadas nos campos de concentração cearenses no ano de 1933. O maior de todos, localizado na região do Crato, no sul do estado, foi o de Buriti, que chegou a ter 60 mil “internos”. No campo de Ipu, no oeste cearense, houve registro de mais de mil mortes entre 1932 e 1933 (RIOS, 2014). Vale para os campos cearenses o que sentenciou Mike Davis (2002, p. 32): em todo o mundo, esses acampamentos da fome eram ambientes insalubres, abarrotados, “notórios centros de doenças e talvez tenham matado com micróbios tantas vidas quanto salvaram com comida”.

Estes campos, cujos “internos” eram recolhidos sob a promessa de trabalho nas estações ferroviárias, estiveram vinculados a uma obra pública (açudes, poços artesianos, estradas, arborizações, depósitos e silos), a uma situação de trabalho dirigida pelo governo. No caso do campo de Patú, no município de Senador

Pompeu, a 270 quilômetros de Fortaleza, que chegou a aprisionar mais de 16 mil pessoas (RIOS, 2014, p. 91), havia a obra do açude Patú, a cargo da companhia inglesa Norton Griffiths & Company, iniciada na década de 1920. Aos campos de concentração combinavam-se, na ação do governo para enfrentar as crises de subsistência, a criação de frentes de trabalho e a promoção da emigração forçada para outros estados. Na seca nordestina de 1876-1879, as iniciativas do governo imperial de socorro aos flagelados famintos se pautaram pela intenção de fazer avançar a formação de mercado de trabalho livre no país, especialmente ao custear as passagens de milhares de deles para o Sudeste do país e encaminhá-los para fazendas de café de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (SECRETO, 2020).

O século XX trouxe a novidade das grandes fomes derivadas de causas político-ideológicas. Fomes massivas e catastróficas decorrentes da ação direta de Estados, em razão de seus programas de criação do “homem novo”, socialista, e da modernização centrada na industrialização acelerada. Opôs-se a garantia do pão a mais aço e cidade. Escassez e fomes promovidas também como arma de luta política ou como meio de dissuasão. As “fomes comunistas” são as mais mencionadas, mas os países capitalistas também produziram fomes em diversas partes do planeta.

A fabricação do “homem novo” socialista gerou hecatombes humanitárias. Citemos apenas dois exemplos, talvez os mais conhecidos das “fomes comunistas”. O primeiro é o *Holodomor*, na Ucrânia sob domínio stalinista, entre os anos 1931 e 1935. Esta fome – *holodomor* significa “deixar morrer de fome” – vitimou cinco milhões de pessoas, sendo consequência do processo de coletivização forçada da terra que Stalin iniciou em janeiro de 1930 e, também, dos seculares preconceitos e indisposições dos russos contra os ucranianos.

A estatização da terra e a implantação dos *kolkhozes* (fazendas coletivas, organizadas como cooperativas “autônomas”), que transformaram os camponeses em trabalhadores assalariados pelo Estado, provocaram oposição desesperada dos camponeses em toda a União Soviética, particularmente na Ucrânia. Contra a nova servidão estatal, os *mujiques* e suas aldeias se rebelaram. Stalin reagiu tornando-os inimigos do regime, repetindo as palavras duras que Lênin lhes havia lançado em 1918, qualificando-os como “classe exploradora”, “último bastião do capitalismo”, e

decidiu que era preciso “liquidar os *kulaks* como classe”.⁸ O governo soviético enviou ao campo brigadas formadas por operários, membros da Juventude Comunista e agentes da GPU (Polícia Secreta) para pressionar os camponeses. Contra as aldeias rebeldes, ataques do Exército Vermelho reprimiram violentamente a resistência ao processo de coletivização das terras. A guerra do Estado contra os camponeses provocou queda vertiginosa da agricultura, escassez de alimentos e fome, deslocamentos forçados de 100 milhões de pessoas, morte de 6 milhões e degredo de outros tantos (MALIA, 1995).

Na Ucrânia, as autoridades soviéticas iniciaram, especialmente a partir de 1932, a expropriação maciça das colheitas e dos mantimentos dos camponeses, com o objetivo de forçar sua transferência para os *kolkhozes*, bem como manter as exportações de cereais ao Ocidente.⁹ Requisitaram o pão, os grãos de milho, o cereal, as batatas, as sementes e todos os demais alimentos. Grupos de quatro a cinco pessoas enviadas pelo governo iam de casa em casa para fazer revistas e realizavam desapropriações brutais. Diante da fome resultante dessa política, as autoridades soviéticas restringiram a migração dos habitantes, proibiram as atividades comerciais nas zonas afetadas, endureceram as leis para acabar com os “roubos” de alimentos (em 1932, mais de 5 mil pessoas foram fuziladas por isso; no ano seguinte, os fuzilamentos alcançaram a cifra de 11 mil). As mortes se multiplicaram nas áreas rurais e nas cidades ucranianas (APPLEBAUM, 2019). Há historiadores que consideram as expropriações dos camponeses na Ucrânia um genocídio – o que suscita acalorada discussão –, uma política deliberadamente planejada por Stalin para achatá-la toda resistência contra o regime comunista, suprimir os movimentos nacionalistas e impedir a criação de um Estado ucraniano independente. Inquestionável é o fato de que o *holodomor* foi fabricado pelo regime stalinista.

O segundo exemplo vem da China de Mao Zedong, entre os anos 1958 e 1962: a fome resultante da aplicação das políticas do “Grande Salto Adiante”, que vitimou entre 15 e 30 milhões de chineses, havendo quem estime as mortes em 45

⁸ O que Stalin chamou de *kulaks* eram camponeses mais bem-sucedidos de suas vilas, proprietários de até 10 hectares e de 2 ou 3 vacas, talvez de um arado, que exploravam suas terras com mão de obra familiar e o concurso de 1 ou 2 assalariados, vivendo em unidades agrícolas com até 10 pessoas. Sobre os *kulaks*, Lênin escrevera: “Esses vampiros acumularam e continuam a acumular as terras em suas mãos, escravizando, cada vez mais, os camponeses pobres. Guerra impiedosa contra os *kulaks*! Morte a eles!” (apud. PIPES, 2015, p. 229).

⁹ No auge do *holodomor*, a Ucrânia exportou 1.632 milhões de toneladas de grãos, em 1932.

milhões (DIKOTTER, 2017). Durante a implantação das chamadas “comunas populares” – que faziam, na prática, a coletivização forçada da terra – e a promoção da industrialização acelerada, com ênfase no setor siderúrgico-metalúrgico, priorizou-se a destinação de alimentos à população urbana e retiraram-se milhões de camponeses do trabalho agrícola, empregando-os na produção de ferro, aço e em obras de infraestrutura. No campo, dentro das comunas, os camponeses tinham de entregar a produção ao Estado, homens e mulheres viviam separados e as crianças eram entregues aos cuidados de autoridades do Partido. Eles não podiam cozinhar dentro de suas casas, sendo obrigados a comer em cantinas montadas nas comunas. O setor agrícola sofreu profunda e rápida desorganização, de modo que a produção chinesa de cereais caiu de 200 milhões de toneladas, em 1958, para 143,5 milhões, em 1960. Para piorar o quadro de escassez, no qual se contavam as inundações do Rio Amarelo em 1958, o rompimento entre a China e a URSS, em 1959, implicou o pagamento de dívidas aos soviéticos com remessas de alimentos. Milhões de toneladas de grãos foram desviados para o país vizinho. Por conseguinte, a fome grassou em diversas áreas do país. Ademais, a “Campanha Antidireitista”, que perseguiu os adversários e descontentes com o governo maoísta, também alcançou as áreas rurais, contribuindo para afundá-las na insegurança e turbulência (THAXTON JR., 2008). A respeito, vale ouvir as palavras de Dikotter:

A comida era, na verdade, usada como uma arma para forçar as pessoas a cumprirem as tarefas atribuídas pelo Partido. E as pessoas que eram consideradas como de direita ou conservadoras, as pessoas que dormiam no serviço, que estavam muito doentes ou enfraquecidas para serem obrigadas a trabalhar se viram sem acesso à cantina e morriam mais rapidamente de fome. Pessoas fracas ou os elementos considerados inaptos pelo Partido foram, portanto, deliberadamente levados à fome”.¹⁰

No tabuleiro das relações internacionais, o lado capitalista não se eximiu de empregar a ameaça da fome como meio de alcançar seus objetivos. Seja para conter seus inimigos políticos, seja para desestabilizá-los, os embargos de alimentos tornaram-se armas largamente empregadas pelos países centrais. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos impuseram boicotes alimentares inúmeras vezes: contra Cuba, em 1962; contra a União Soviética, em 1973 e 1980 e, mais recentemente, contra a Venezuela (2017) e o Irã (2018), para citar apenas os

¹⁰ *Aventuras na História*, reportagem “Canibalismo, execuções e barbárie: a terrível grande fome de Mao”, de Fábio Previdelli, publicada em 01/10/2021.

casos mais conhecidos. Os dois últimos são exemplos de geração de crises artificiais visando a derrubada de governos. A barbárie, portanto, pode ser creditada aos dois lados da ordem bipolar que vigorou na segunda metade do século passado.

No cômputo geral, pode-se averiguar que as “fomes modernas”, com destaque para as “fomes vitorianas”, ocorreram como resultado do ciclo vicioso que envolve clima, movimentação dos preços nos novos mercados e política (imperialista ou de modernização industrial).

A fome nos tempos presentes: pobreza, crise de comida e moderno sistema agroalimentar

Após a Segunda Guerra Mundial, esforço internacional liderado pelos Estados Unidos dedicou-se a ampliar a disponibilidade de alimentos para a população crescente do planeta. Um modelo de modernização agrícola difundiu-se pelo mundo, recebendo o nome de “Revolução Verde”. As paisagens rurais foram profundamente transformadas pela expansão da agricultura empresarial, voltada para a produção em grande escala de *commodities* – produtos mais rentáveis, principalmente os cereais –, empregando maquinaria (tratores, colheitadeiras) e insumos químicos (fertilizantes, pesticidas) e sementes selecionadas.¹¹ Os campos se encheram de monoculturas vinculadas a uma agricultura especulativa, levando praticamente ao fim dos sistemas de rotação de culturas e integração com a criação de animais, o que significou a drástica simplificação dos sistemas agrícolas.

Hegemônica a partir dos anos 1970, a agricultura empresarial assenta-se nas operações de grandes empresas monopolistas mundiais e de bolsas de mercadorias e futuros. Na verdade, o comando do sistema agroalimentar de hoje, tanto da produção agropecuária como da florestal, está nas mãos de um punhado de corporações gigantescas: Cargill Incorporated (fundada em 1865), ADM (Archer Daniels Midland Company, fundada em 1902), Bunge Limited (surgida em 1818) e Louis Dreyfus Group (criado em 1851). Esses *players* internacionais sujeitaram produtores e consumidores a sua lógica de acumulação, cuja expressão mais concreta é dada pelas cadeias agroindustriais que recobrem regiões imensas. Do lado da oferta, os agricultores têm que se defrontar com oligopsônios de indústrias

¹¹ As principais *commodities* agrícolas são: trigo, milho, soja, arroz, algodão, café, cacau, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja, boi gordo, etanol, celulose.

transformadoras. Do lado da demanda, a comercialização da comida se concentra nas mãos de grandes complexos comerciais, cujas origens históricas nos Estados Unidos oitocentista ligam-se à atuação do Chicago Board Trade e da Grain Elevator System. Nas cidades, mercearias e quitandas desaparecem na concorrência com gigantescas redes de supermercados, como 7-Eleven, SPAR (fundada em Amsterdã, no ano de 1932), Walmart (sediada em Bentonville, Arkansas, fundada em 1962) e Carrefour (fundada na França, em 1958).

A despeito de sua extraordinária eficiência tecno-econômica, que possibilitou enormes ganhos de quantidade, a agricultura empresarial moderna com seu paradigma produtivista recebe críticas veementes. A começar pelo fato de que sua expansão na maioria dos países “foi acompanhada de uma redução das oportunidades de emprego, configurando um processo de crescimento econômico excludente” (ROMEIRO, 1998, p. 99). Também se insiste bastante nos seus largos impactos ambientais, principalmente nos ambientes dos trópicos – consumo excessivo de água e energias fósseis, perda de biodiversidade, erosão dos solos, assoreamento e poluição de rios e lagos, etc. –, nos seus efeitos deletérios sobre a saúde humana – as doenças decorrentes do uso de agrotóxicos, a transformação da criação industrial de animais em “usinas” de doenças zoonóticas (WALLACE, 2020), os problemas de saúde pública gerados ou agravados pela alimentação industrial moderna (obesidade, diabetes, cânceres, etc.). Ela é acusada de não atender as finalidades sociais do desenvolvimento nem de respeitar as regras de prudência ecológica.

Seja como for, já no último quartel do século passado, a oferta de alimentos tornou-se mais que suficiente para abastecer a população mundial. Hoje, ela é até excessiva, mais do que o dobro do necessário (ZIEGLER, 2011). Esse objetivo da “Revolução Verde” havia sido alcançado, mas a fome persistia em muitos continentes. O excedente global de alimentos, por conseguinte, não se traduzira em segurança alimentar. Nos anos 1990, mais de cem países eram importadores de alimentos. Em graus diferentes, dependiam da produção de outros países para seu abastecimento. Bangladesh, Etiópia e Haiti, por exemplo, possuíam elevada dependência da importação de comida, condição que influía na continuidade da pobreza e da fome em seus territórios. O problema da fome não foi afastado porque ainda são necessárias medidas políticas que possibilitem a melhor

distribuição de renda, permitindo o acesso ao alimento e propiciando o crescimento e fortalecimento das comunidades agrícolas nos países em desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1996).

A crise dos alimentos hodierna possui duas dimensões salientes. Uma delas é o avanço da desigualdade. Primeiro entre o Norte e o Sul globais. O abismo de renda entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento vêm crescendo. E, como mostrou Mike Davis (2002), um dos elementos destacados na fabricação do “Terceiro Mundo” foram justamente as grandes fomes, que os países imperialistas aproveitaram para conquistar colônias, expropriar terras comunais, carrear recursos naturais, impor suas instituições econômicas e políticas. Como afirmou Thomas Piketty, “não existem países ricos sem países pobres: todos os enriquecimentos da história são o resultado de um sistema de divisão internacional do trabalho e de uso e por vezes exploração dos recursos naturais e humanos do planeta, como a industrialização durante o colonialismo e a escravidão”.¹² Segundo, as desigualdades crescem no interior dos próprios países, inclusive nos mais ricos. Ora, é difícil subestimar o impacto negativo da desigualdade crescente sobre a realização do direito social à alimentação saudável e suficiente.

A outra dimensão da atual crise dos alimentos é a disputa em torno da expansão dos agrocombustíveis *versus* a produção de alimentos, em contexto marcado pelo avanço do consumo em países como a China e a Índia, que mantêm taxas de crescimento econômico elevadas e reduzem significativamente suas taxas de pobreza.¹³ Por isso, não surpreende a tendência de aumento contínuo dos índices de preços dos alimentos no mundo, desde 2009. O agronegócio, mundo afora, responde com a expansão da produção de milho, soja, arroz, trigo e carne, o que causa a redução da área plantada de outros alimentos de lucratividade relativa menor no comércio internacional (como feijão, mandioca, batata, frutas, legumes,

¹² Thomas Piketty, “Estamos em uma situação semelhante à que levou à Revolução Francesa”, entrevista concedida ao jornal *El País Brasil*, publicada em 28/11/2021.

¹³ Segundo o Banco Mundial, a China tirou, entre 1978 e 2018, mais de 800 milhões de pessoas da extrema pobreza. O país hoje tem um grupo de renda média de mais de 420 milhões de pessoas (cerca de 30% da população total), e responde por aproximadamente 30% do consumo global. Cf. *Le Monde Diplomatique Brasil*, “China: êxito na retomada econômica e na luta contra a extrema pobreza”, 26/11/2020.

etc.).¹⁴ E como também cresce a demanda mundial por energia, verifica-se corrida para produzir maiores volumes de biocombustíveis (metanol, etanol, biodiesel), principalmente a partir do milho, da cana e da soja. Isso concorre, obviamente, para reduzir a atratividade de outras lavouras e para estimular a especialização agrícola regional. Os pequenos agricultores são os mais afetados, justo quando diversos países reduzem ou extinguem os subsídios à agricultura de base familiar e camponesa.

Vivemos hoje, portanto, um paradoxo terrível. Temos muita produção de comida, mas há também muita gente passando fome ou sofrendo a insegurança alimentar. E grande parte das pessoas que fazem duas ou três refeições diárias se empanturra de alimentos ultraprocessados, de qualidade bastante contestável. Como no *Ancien Régime*, a humanidade segue se alimentando mal.¹⁵ A diferença é que escapamos aos estreitos limites do equilíbrio instável que antes existia entre produção e consumo de alimentos. O problema agora é a combinação da gangorra da movimentação dos preços, da dura lógica de operação dos mercados livres de *commodities* e da perversa distribuição de renda nas sociedades.

Poder-se-ia objetar que, hoje, quando advêm grandes crises de subsistência, os países encontram-se muito mais preparados que no passado para prover socorros públicos. Infelizmente, não é o que mostra a realidade dos fatos. À diferença do que acontece com o petróleo, não existem estoques estratégicos de comida. Praticamente todos os governos reduziram ou extinguiram seus estoques reguladores de alimentos. Também os serviços sociais, cujos orçamentos são estrangulados há décadas, enfraqueceram-se consideravelmente. Nos tempos atuais de mercadismo e utilitarismo, tempos de individualismo possessivo e de competição que cultuam os “vencedores”, os mecanismos públicos de ajuda a flagelados se esgarçaram. Não é o que mostra a cronicamente insuficiente atuação dos braços da ONU nas crises humanitárias de nossa época? Para se ter algum

¹⁴ Boa parte dos grãos produzidos atualmente é destinada à produção de rações para animais, pois a demanda de carnes é crescente e, conseqüentemente, a produção de milho e soja se mostram mais lucrativas do que as dos demais alimentos de origem vegetal.

¹⁵ Para enfrentar os males decorrentes da má alimentação, há que se caminhar na direção de ações como: a) redirecionar as benesses tributárias e creditícias da agricultura de *commodities* para os alimentos saudáveis; b) aumentar as compras governamentais de alimentos de diferentes segmentos da agricultura familiar; c) controlar a publicidade e a rotulagem dos alimentos industrializados; d) focar em educação alimentar, especialmente durante a educação infantil.

alívio, restam a caridade, os esforços de ONGs e os gestos de fraternidade e grandeza dos próprios povos afetados.

Neste particular, talvez se possa concordar com quem diga que regredimos, que ficamos piores do que nossos antepassados.

Considerações finais: “o mercado nem come e nem passa fome”

Ao fim e ao cabo, a fome tem uma história que vem de longe. E suas causas são sempre múltiplas, envolvendo fatores ambientais, demográficos, econômicos, políticos e tecnológicos. É muito difícil isolar apenas um fenômeno para explicar as grandes fomes da história. No entanto, em determinados subconjuntos delas, certos fatores tiveram mais peso do que outros, o que permite agrupá-las em abrangentes tipologias. O quadro a seguir apresenta nossa proposta de tipologia:

Quadro 1 – Tipologia das grandes fomes, da antiguidade ao presente

Tipos	Fatores desencadeadores	Formas de socorro público
Fomes antigas (até o século XVIII)	*Expansão demográfica *Secas ou inundações *Pestes (doenças epidêmicas)	*Distribuição de alimentos a partir de celeiros públicos *Proibição de exportação de alimentos *Controle de preços e combate à especulação *Regulamentação do comércio de “alimentos sensíveis” (ex: sal, carne verde, farinhas) *Caridade de nobres e de clérigos
Fomes vitorianas (séculos XIX e XX)	*Secas e inundações *Pragas em lavouras/rebanhos *Expansão da agricultura especulativa *Flutuações de preços nos mercados internacionais *Domínio imperialista *Guerras de independência e guerras civis *Baixos estoques governamentais de alimentos	*Pequenos pagamentos em dinheiro por trabalho em obras públicas *Campos de concentração *Distribuição de comida por organizações caritativas
Fomes comunistas (século XX)	*Coletivização forçada da terra *Políticas de industrialização acelerada *Ideologia (visão negativa dos camponeses; criação do “homem novo” socialista)	*Racionamento de comida para as populações rurais *Repressão e controle de migrações *Campos de concentração

Fonte: Elaboração do autor.

Durante muitos séculos, a questão do abastecimento alimentar era tida como afeita à ordem social, considerada dever das autoridades. Entretanto, nos últimos duzentos anos, a alimentação virou cada vez mais algo privado,

subordinada à lógica do mercado. Quem tem dinheiro, come. Quem não tem, passa fome. E uma dieta saudável, com carnes, frutas, hortaliças e legumes, tem custo mais elevado, ficando fora do alcance da grande maioria da população. Ora, o direito à alimentação não pode ficar a cargo dos mercados, pois eles produzem um excesso de coisas ruins e não o bastante de coisas boas. Por conseguinte, nos dias correntes, enfrentar a fome requer fazer da economia um instrumento de distribuição equilibrada dos bens da terra. E recuperar a capacidade dos governos nacionais de formular e implantar políticas de abastecimento e segurança alimentar. Precisamos de governos agindo na direção correta.

Até onde a vista alcança, o problema do abastecimento alimentar permanecerá entre nós. Em 2050, conforme as projeções demográficas, a população mundial alcançará dez bilhões de pessoas. Haverá uma imensidade de estômagos para saciar, de maneira que, para se ter segurança alimentar, a produção de alimentos deverá aumentar em 60%. Aumento espetacular que se terá de obter em cenário desfavorável, marcado pelos efeitos negativos sobre a agricultura das mudanças climáticas antropogênicas. O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) estima que a produtividade agrícola média cairá mais de 5% até o fim do século.¹⁶

Há quem aponte corretamente que se deverá combater a subutilização do solo agrícola, aproveitando as enormes extensões paradas ou radicalmente subutilizadas com a pecuária extensiva, e, também, diminuir consideravelmente os desperdícios de alimentos no transporte do campo à cidade, nos domicílios, feiras, supermercados, restaurantes, hotéis, etc. Precisaremos da agricultura empresarial de larga escala, embora modificada em suas práticas agrícolas em razão de imperativos ambientais e sanitários. Ampliar o plantio direto, o emprego de agroflorestas, a adubação orgânica e o controle biológico de pragas. Não haverá como descurar da agricultura de precisão, da seleção natural e melhoramento genético de variedades mais resistentes a condições extremas, da biofortificação dos alimentos. No entanto, parece irrealista querer que a produção de grãos e carnes não seja industrializada e em grande escala.¹⁷ Precisaremos também da

¹⁶ Essas projeções são apresentadas na reportagem de Allison Almeida e Luanne Caires, “O enigma da fome: vamos conseguir superá-lo?”, publicada no Dossiê 198 (Comida) da revista *Comciência*, em 09/05/2018.

¹⁷ É bastante ineficiente cultivar trigo, milho ou arroz no próprio quintal, e a mítica transumância pecuarista organizada pela Mesta castelhana, na qual reses extenuadas buscavam novos pastos e

agricultura de base familiar, mais fortalecida e modernizada, capaz de gerar maior renda em circuitos econômicos de proximidade e suprir regiões inteiras com pautas alimentares mais culturalizadas. Ambas terão que atender os padrões de qualidade crescentes que os consumidores nacionais e internacionais exigem, e continuarão exigindo.

Dois desafios se colocarão no que concerne à produção de comida. Um deles é conhecer melhor as condições locais e as suas formas de integração ao “sistema moderno mundial”, bem como os padrões das relações das populações com os seus ambientes, para aproveitar melhor as possibilidades sociais e naturais que se encontrem em repouso. Isso inclui colocar as cidades dentro da discussão sobre o futuro do abastecimento, pois elas poderão contribuir bastante se derem muita ênfase a sistemas de agricultura urbana. Hortas comunitárias e ideias do gênero podem funcionar bem. O outro desafio é não renegar inteiramente as fórmulas industrializadas de comida, pois parece pouco viável abastecer tantos habitantes parando a industrialização. Não se poderá negligenciar o desenvolvimento de alimentos de “conveniência”, “alimentos desenhados”, alimentos sintéticos, proteínas texturizadas a partir de oleaginosas ou produtos de cereais processados, concentrados ou isolados, filamentos para confecção de alimentos não convencionais. Um simples retorno ao passado está fora de mão, a não ser, é claro, que se queira impingir drásticas restrições de consumo às gerações vindouras.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo A. A. Atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. In: CYRILLO, D. C. et al. **Delineamento da pesquisa na nutrição humana aplicada**. São Paulo: IPE/USP, 1996. p. 57-76.

APPLEBAUM, Anne. **Fome vermelha: a guerra de Stálin na Ucrânia**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

BASTOS, Daniel Schneider. O direito à subsistência em xeque: um olhar sobre a lei dos pobres e o ato de emenda de 1834. **História econômica & história de empresas**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 135-173, 2018.

temperaturas mais amenas, ficou para trás definitivamente. A propósito, deve-se levar a sério a provocação de David Harvey: “Entendo que certas partes do mundo poderiam ser deixadas para a produção altamente industrializada de grãos e carnes. (...) A questão é: qual tipo de agricultura deve permanecer industrializado? Acredito que a maioria da produção de grãos deve se manter industrializada, porque é a maneira mais eficiente e efetiva”. “David Harvey: As capitais do capitalismo”, entrevista a Daniel Santini, publicada no *Le Monde diplomatique Brasil*, em 04/11/2015.

- BOSERUP, Ester. **Évolution agraire et pression démographique**. Paris: Flammarion, 1970.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. A economia e as concepções no Egito faraônico: síntese de alguns debates. **História econômica & história de empresas**, v. 1, p. 151-178, 2003.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1965.
- DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DIKOTTER, Frank. **A grande fome de Mao: história da catástrofe mais devastadora da China, 1958-62**. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- DUFF, Greg. Causes and consequences of the Great Vietnam Famine, 1944–5. **Economic History Review**, v. 72, n. 1, p. 286–316, 2019.
- GILLI, Patrick. **Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- GOUBERT, Pierre. **El Antiguo Régime**. Madrid: Siglo XXI, 1971.
- KINEALY, Christine. **The Great Irish Famine. Impact, ideology and rebellion**. New York: Palgrave, 2002.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Os camponeses do Languedoc**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: BINAGRI, 1979.
- LUXEMBURGO, Rosa. **The Accumulation of Capital**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1951.
- MALIA, Martin. **La tragédie soviétique**. Paris: Éditions du Seuil, 1995.
- MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MENEZES JR., Antônio José Bezerra de. Confúcio e a centralidade do Mandato do Céu. **Notandum**, São Paulo, v. 17, n. 35/36, p. 163-169, 2014.
- MITTER, Rana. **China moderna**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- PELLINI, José Roberto. Reciprocidade e redistribuição no Egito durante o Novo Império. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 12, p. 143-163, 2002.
- PERKINS, Dwight H. **Agricultural Development in China, 1368-1968**. Chicago: Aldine, 1969.
- PIPES, Richard. **História concisa da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2015.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

- POLANYI, Karl. Le commerce sans marché au temps d'Hammourabi. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M. **Les systèmes économiques**. Paris: Larousse, 1975. p 51-62.
- QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Fortaleza: Est. Graphico Urania, 1930.
- RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder** – Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.
- SCHNEIDER, Adam W.; ADAL, Salim F. “No Harvest was reaped”: demographic and climatic factors in the decline of the Neo-assyrian Empire. **Climate Chang**, 127, p. 435-446, 2014.
- SECRETO, María Verónica. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 33-51, 2020.
- SEN, Amartya. **Poverty and famines. An Essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981.
- SILVA, Marcelo Cândido da. Crise e fome na Alta Idade Média: o exemplo dos capitulários carolíngios. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 185-207, 2017.
- SILVA, Marcelo Cândido da. Os agentes públicos e a fome nos primeiros séculos da Idade Média. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 779-805, 2016.
- THAXTON JR., Ralph. **Catastrophe and contention in rural China: Mao's Great Leap Forward and the origins of the righteous resistance in Da Fo village**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VILAR, Pierre. **Cataluña en la España moderna**. El medio natural y el medio histórico. El siglo XVIII: Las transformaciones internas. Madrid: Editorial Crítica, 2018.
- WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante, 2020.
- WOODSIDE, Alexander. The Ch'ien-lung Reign. In: PETERSON, Willard J. **The Cambridge History of Ch'ing Empire to 1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.
- ZIEGLER, Jean et al. **The fight for the right to food**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.